



30^o CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE

Eixo 1 - Não deixar ninguém para trás

Modalidade: resumo expandido

Audiodescrição como ferramenta para a inclusão de usuários com deficiência visual

Audio description as a tool for including visually impaired users in the digital context

Jaqueline Angela Casaes e Silva – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Cládice Nóbile Diniz – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Marrhiette Sousa Martins Macedo – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Resumo: Apresenta a investigação sobre a audiodescrição como ferramenta de inclusão para pessoas com deficiência visual, com foco na acessibilidade informacional. Fundamentada em revisão bibliográfica e análise qualitativa, explora o significado da audiodescrição nos contextos educacionais e digitais. Os resultados apontam para a relevância da audiodescrição na promoção da inclusão social, destacando a necessidade de tecnologias assistivas e conformidade com as normas de acessibilidade, mas também indicam desafios na sua implementação.

Palavras-chave: Audiodescrição. Deficiência Visual. Tecnologia Assistiva. Acessibilidade. Biblioteconomia.

Abstract: This study examines audio description as an inclusion tool for visually impaired individuals, emphasizing informational accessibility. Based on a qualitative literature review, it explores the significance of audio description in educational and digital contexts, highlighting the need for assistive technologies and adherence to accessibility standards. The findings underscore the role of audio description in promoting social and inclusion, but also reveal implementation challenges.

Keywords: Audio Description. Visual Impairment. Assistive Technology. Accessibility. Library Science.



1 INTRODUÇÃO

A representação conceitual dos objetos de pensamento, classificados por suas respectivas classes, atributos e propriedades, permite que em ambientes educacionais e acadêmicos seus participantes comuniquem ideias com rapidez, clareza e objetividade. Isso facilita tanto o aprendizado quanto a resolução de problemas. Entretanto, se observou que algumas noções conceituais embora estreitamente vinculadas a outras bem aceitas não têm a mesma popularidade.

Nessa situação se encontraram os conceitos 'aprender a aprender' e 'aprendizagem ao longo da vida', que são tão amplamente utilizados a ponto de abrangerem transversalmente quase todos os campos do saber; e o de 'competência informacional', o qual tem sido aplicado em considerações teóricas da Biblioteconomia, Ciência da Informação e Comunicação Social, especialmente relacionadas à gestão da informação e ao estudo dos processos comunicacionais, limita-o a esses nichos.

Tendo em vista que a competência informacional é uma ferramenta importante para a aprendizagem e conseqüente desenvolvimento cognitivo de um indivíduo, uma vez que denota a sua capacidade de coletar dados, interpretá-los de maneira crítica e articulá-los de forma a tornarem-se úteis a algum seu propósito de vida, se considerou que há relevância em estudar a ampliação de alcance, selecionando-se o caminho indicado por Zattar (2019), de se promover uma cultura da competência informacional, na qual as pessoas valorizam ser competentes informacionais.

Aliadas a essa ideia, se encontram as bibliotecas, com suas missões essenciais de fornecer suporte informacional adequado a seus usuários e que, nos contextos educacionais, segundo o paradigma social vigente, implica em possibilitar a que todo estudante se torne competente nos assuntos que estuda, o que exige que seja informacionalmente competente.

Para tal, os serviços bibliotecários não se limitam apenas à entrega de material pertinente às solicitações de informações em formatos de praxe tradicional, como textos impressos, uma vez que não atende a todas as situações, exigindo soluções. Isso implica em ir além da simples entrega de materiais impressos e buscar soluções que atendam a todas as necessidades dos usuários, incluindo aqueles com deficiências, dos quais se destacam os com deficiência visual.



Nesse sentido, as bibliotecas vêm sendo incentivadas a adaptarem seus serviços, tanto pela busca em voga de melhores práticas inclusivas, quanto por determinação da Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015, que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, pela qual todos os ambientes de acesso público devem estar adequados e/ou adaptados para acesso e usufruição da pessoa com deficiência (PcD) em igualdade de oportunidade ofertadas às sem deficiência (Brasil, 2015).

Ressalta-se que as políticas públicas de inclusão vêm possibilitando o acesso ao sistema educacional de quantitativos cada vez maiores de PcD, as quais buscam suas competências informacionais e causam uma positiva pressão pela urgência na obtenção de ambientes com acessibilidade e serviços inclusivos. Ilustrando-se esse fato, tem-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 18,6 milhões de indivíduos com dois anos ou mais, apresentam algum tipo de deficiência. Entre as deficiências investigadas, a dificuldade de enxergar, mesmo com o uso de auxílios ópticos, como óculos, lentes ou lupas, foi reportada por cerca de 6,3 milhões de pessoas, se configurando como a segunda deficiência mais prevalente (IBGE, 2022).

Essa pesquisa também revela que as dificuldades de visão aumentam com o avanço da idade. Em faixas etárias mais avançadas, uma proporção crescente da população relata problemas visuais. Dado o número significativo de pessoas afetadas, os dados indicam uma tendência crescente da prevalência da deficiência visual ao longo da vida. Isso reforça a necessidade de políticas que promovam a autonomia das pessoas com deficiência visual (IBGE, 2022).

Essas políticas se refletem, para as bibliotecas dos ambientes educacionais, não somente em seus quesitos de Arquitetura, Urbanística e Transportes, assim como na adequação e/ou adaptação de seus serviços. Nestes, as providências têm sido predominantemente direcionadas à adequação dos acervos, seguindo passos muito lento quanto a mudanças em prol da acessibilidade nas tecnologias da informação e comunicações e das acessibilidades atitudinal e nas comunicações. Nesse sentido, os serviços das bibliotecas, assim como suas metodologias e processos relacionados à competência informacional, devem ser revisados para atender adequadamente aos usuários com deficiência visual. Para atender a estes, elas precisam transcender de



somente ofertar textos impressos tradicionais ou reproduções similares em formato digital, desenvolvendo práticas que promovam o engajamento social e a busca por construções coletivas para o indivíduo participar de maneira ativa e autônoma de sua formação para a eliminação das barreiras no processo informacional, como determina a citada Lei n. 13.146/2015.

Aliando-se à acessibilidade, há a Tecnologia Assistiva (TA), que abrange uma ampla gama de dispositivos, softwares e sistemas desenvolvidos para atender às necessidades individuais e facilitar a realização de tarefas cotidianas. Para pessoas com deficiência visual, a audiodescrição se destaca como um recurso essencial. Ela converte vídeos e imagens estáticas em informações verbais, permitindo que o conteúdo visual seja compreendido por meio de narrações detalhadas e contextualizadas.

A audiodescrição é particularmente importante para pessoas com baixa visão, cegueira e daltonismo, além de facilitar a compreensão do conteúdo visual para aqueles com visão limitada, uma vez que os softwares de leitura de tela não interpretam elementos gráficos, focando apenas em textos.

Neste contexto, neste trabalho estuda-se a audiodescrição como uma ferramenta de inclusão em bibliotecas para usuários com deficiência visual, focando na sua contribuição à acessibilidade informacional. A pesquisa foi conduzida com uma metodologia com fins descritivos, baseada em uma revisão bibliográfica sobre acessibilidade informacional, TA e audiodescrição, com uma abordagem qualitativa dos resultados.

2 A AUDIODESCRÇÃO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA

No contexto legal brasileiro, a Tecnologia Assistiva e a Ajuda Técnica são igualmente consideradas no Item III art. 3 da Lei n. 13.146/2015, açambarcando os “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (Brasil, 2015).

Bersch (2017) define a TA como um conjunto abrangente de recursos destinados a suprir, ampliar ou recuperar funções motoras, sensoriais, cognitivas e de comunicação,



promovendo a participação plena dos indivíduos em todos os aspectos da vida. Diniz (2023) explica-a como sendo "o termo que se usa para referenciar uma ferramenta, equipamento, software ou outra tecnologia que objetive promover a funcionalidade de pessoas com deficiência para a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social".

É uma tecnologia que traduz elementos visuais em descrições verbais ou textuais, aplicável a diversos tipos de mídias, como imagens, filmes, peças de teatro e novelas (Ribeiro, 2011). Pode ser implementada por meio de aplicativos de audiodescrição ou desenvolvendo-se descrições para mídias e exposições, alinhando-se aos objetivos das TA de melhorar a qualidade de vida e garantir igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência visual (Diniz, 2023).

Motta e Romeu Filho (2010, p. 11), descrevem-na como "uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação [...]", destacando que, além de beneficiar pessoas com deficiência visual, a audiodescrição também amplia a compreensão de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos.

A norma técnica ABNT NBR 16452:2016 exige que publicações digitais contenham audiodescrição de imagens, tabelas, gráficos, ícones e logomarcas, ampliando sua aplicação a diversos formatos de conteúdo visual (ABNT, 2016). Essa exigência é devida porque informações apresentadas com imagens estáticas em livros ou documentos podem não ser totalmente acessíveis a leitores com deficiência visual. Embora o texto e as legendas possam fazer referências às imagens, frequentemente faltam detalhes essenciais que enriquecem a compreensão. Para uma assimilação completa da informação, é necessário garantir uma relação coerente entre o texto e as imagens, para o leitor não perder partes importantes da experiência informacional.

A realização de uma audiodescrição exige um processo bem definido, orientado por diretrizes que fundamentem e orientem os autores na elaboração das descrições. Observa-se que descrever todos os detalhes de uma imagem é inviável, sendo crucial se concentrar nos elementos essenciais que transmitem a mensagem desejada. Segundo Lima, Lima e Vieira (2010), a audiodescrição deve ser uma descrição estruturada e significativa, que cria entendimento onde ele não existia ou era impreciso, preservando



a qualidade e a independência tanto do áudio quanto da descrição. Ela atua como uma ponte entre a imagem não vista e a imagem mental formada pelo ouvinte.

O reconhecimento da importância da audiodescrição para pessoas com deficiência visual está ligado à sua função essencial na interação e comunicação, conforme Queiroz (2010). Corrêa (2023), por sua vez, levanta a qualidade e a independência da descrição como elementos cruciais da audiodescrição, transmitindo a essência do conteúdo visual sem depender de referências externas que o usuário possa não ter acesso. Outro problema a ser superado é o da complexidade envolvida na criação de descrições eficazes, não somente apoiada na análise dos aspectos técnicos e metodológicos da audiodescrição, conforme Lima, Lima e Vieira (2010).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados indicam que a audiodescrição desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social das pessoas com deficiência visual, necessitando de um esforço contínuo para orientar sobre as melhores práticas de audiodescrição, garantindo que as normas de acessibilidade sejam rigorosamente seguidas.

Bersch (2017); Diniz (2023); Ribeiro (2011) destacam que a audiodescrição, enquanto recurso de TA, promove a autonomia e a independência desses indivíduos, alinhando-se aos objetivos das políticas de inclusão. Motta e Romeu Filho (2010) estende os benefícios às pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos.

No entanto, a audiodescrição ainda enfrenta desafios. A análise da norma técnica ABNT NBR 16452:2016 revela a disparidade entre as diretrizes e a prática efetiva, resultando em acessibilidade limitada. Corrêa (2023) enfatiza a qualidade e a independência da audiodescrição, que deve transmitir a essência do conteúdo visual sem depender de referências externas. Lima, Lima e Vieira (2010) apontam que devem ser estruturadas e ricas em significados para garantir a plena compreensão do conteúdo. Queiroz (2010) destaca que deve ser disponível em diversos formatos, para atender às diferentes necessidades e níveis de compreensão dos usuários.

Em síntese, os estudos analisados indicam que, embora a audiodescrição seja reconhecida como uma prática crucial para a inclusão, sua implementação ainda requer



avanços significativos para que os materiais informacionais sejam plenamente acessíveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se tratou da importância da audiodescrição como ferramenta de inclusão para pessoas com deficiência visual nas bibliotecas dos sistemas educacionais e evidenciou que essa prática precisa ser mais divulgada e melhor entendida para a acessibilidade informacional.

A audiodescrição trata-se de dispor os elementos visuais em descrições verbais ricas em significado, possibilitando a seus usuários a aquisição de conhecimentos úteis. Auxilia a inclusão social, por ser uma tecnologia assistiva eficaz, ainda que persistam alguns desafios na sua implementação adequada, o que sugere a necessidade de treinamento continuado para se ter desenvoltura em sua aplicação, com foco na acessibilidade comunicacional em prol da competência informacional do usuário, especialmente aqueles com deficiência visual e/ou intelectual, idosos e disléxicos.

Enfim, o estudo destaca a necessidade de esforços contínuos das bibliotecas para garantir que os conteúdos visuais sejam plenamente compreensíveis e acessíveis a todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades visuais.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 16452**: acessibilidade na comunicação: audiodescrição. Rio de Janeiro: ABNT, 2016. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/ABNT%20-%20Acessibilidade.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BERSCH, R. 2017. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: Rita Bersch, 2017.

Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab. Acesso em: 15 jul. 2024.



CORRÊA, A. C. B. **Imagem invisível**: estudo sobre a imagem, acessibilidade e inteligência artificial. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Design de Comunicação) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50078>. Acesso em: 29 jul. 2024.

DINIZ, C. N. **Acessibilidade em bibliotecas**: unidade 2. Rio de Janeiro: Mimeo, UFF-UNIRIO Bibeard, 2023.

FERNANDES, J. D. P. B. **Diagnóstico da acessibilidade informacional na biblioteconomia brasileira**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Fortaleza (CE), 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/33425>. Acesso em: 27 jul. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: divulgação dos resultados gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

LIMA, F. J.; LIMA, R. A. F.; VIEIRA, A. M. O Traço de União da Áudio-descrição Versos e Controvérsias. 2010. *In*: Encontro Nacional de Áudio-descrição em Estudo, 2., 2016, Alagoas. **Trabalhos** [...]. Alagoas: 2016. Disponível em: <https://www.associadosdainclusao.com.br/enades2016/o-traco-de-uniao-da-audio-descricao-versos-e-controversias>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MOTTA, L.M.V. e ROMEU FILHO, P. (orgs): **Audiodescrição**: Transformando Imagens em Palavras. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/prodam/arquivos/Livro_Audiodescricao.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

QUEIROZ, Marco Antônio. Prefácio. *In*: MOTTA, Lívia Maria Vilella de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. **Audiodescrição transformando imagens em Palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo. 2010. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/prodam/arquivos/Livro_Audiodescricao.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

RIBEIRO, E. N. **A imagem na relação de expressão com o texto escrito**: contribuições da áudio-descrição para a aprendizagem de educandos surdos. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

ZATTAR, M. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. *Linc em Revista*, v. 13, n. 2, 1 dez. 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4075>. Acesso em: 20 jul. 2024.